CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Processo CEE nº 1040/85 (reautuado em 08/11/89)

Interessado: Renato Luís Salgado Sarli

Assunto: Indicação do interessado para lecionar a disciplina "Pediatria e Puericultura" na FM do ABC.

Relator: Cons. Celso de Rui Beisiegel

Parecer CEE nº 81/90 CTG "D" Aprovado em 20/12/89

Comunicado ao Pleno em 30/01/90

1. HISTÓRICO:

A Faculdade de Medicina da Fundação do ABC submete à aprovação do Conselho a indicação de Renato Luís Salgado Sarli para, na categoria docente de Professor I, ministrar a disciplina "Pediatria e Puericultura", junto ao Departamento de Saúde Materno-Infantil.

2. APRECIÇÃO:

O interessado já foi anteriormente indicado para lecionar a disciplina em pauta na Faculdade proponente, em 07 de agosto de 1985.

Devido ao não-atendimento, por parte do interessado, de diligência solicitada por este Conselho, o Parecer CEE nº 184/86 negou o pedido de autorização para lecionar e convalidou os atos docentes praticados pelo indicado, até 11 de dezembro de 1985.

O candidato é médico formado, em 1979, pela Faculdade de Medicina do ABC onde estudou a disciplina objeto da presente indicação.

Fez Residência Médica, na área de Clínica Cirúrgica, na Faculdade Medicina de ABC, em 1980.

De 1981 a 1983, realizou estágio de Cirurgia Infantil, no Centro Medico Angélica.

Obteve aprovação nas disciplinas "Atualização Didática" e "Educação Moral e Cívica", em 1981, junto ao Curso de Pós-Graduação em Cirurgia Cardio-Vascular da Escola Paulista de Medicina.

Apresentou trabalho em congresso e jornada.

E auxiliar de ensino voluntário da disciplina "Pediatria o Puericultura" na Faculdade proponente, desde 1985.

Participou do cursos de curta duração simpósios e jornadas na área médica.

A grade horária apresentada é compatível com a Deliberação CEE nº 10/86. O interessado leciona um total de 12 horas - aula semanais.

3. CONCLUSÃO:

Nos termos da Deliberação CEE nº 05/89, reconhece-se a qualifica-

ção de Renato Luís Salgado Sarli para lecionar, na categoria docente de Professor I, a disciplina "Pediatria e Puericultura", na Faculdade de Medicina da Fundação do ABC.

A contratação, de responsabilidade da FM do ABC, tem caráter excepcional, em regime de CLT, consoante o art. 37 da Constituição Federal.

São Paulo, 12 de dezembro de 1989.

a) Cons^o Celso de Rui Beisiegel
Relator

4. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator. O Cons. João Gualberto de Carvalho Meneses foi voto vencido nos termos de sua declaração de voto anexa.

Presentes os nobres Conselheiros: Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá, Eurico de Andrade Azevedo e João Gualberto de Carvalho Meneses.

Sala da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, em 20/12/89.

a) Cons^o Celso de Rui Beisiegel
Presidente

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PARECER CEE 81/90

DECLARAÇÃO DE VOTO

O art. 37 da Constituição Federal de 05/10/88 estabelece os princípios referentes à administração pública, entre os quais, que "a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos ..." (inciso II). Os estabelecimentos de ensino superior municipais (públicos) continuam, entretanto, recrutando docentes sem a observância do dispositivo constitucional. Somos de opinião de que a Câmara do Terceiro Grau e o Conselho Estadual de Educação deveriam adotar medidas urgentes para impedir a continuidade dessas irregularidades e, para isso, propomos:

1. asustação da apreciação de indicação de professores nos termos da Deliberação CEE nº 05/80;
2. solicitação aos estabelecimentos municipais de ensino superior para que proponham alterações em seus regimentos, adaptando-os as normas constitucionais federal e estadual, no prazo de 30 (trinta) dias.
3. que enquanto isso os citados estabelecimentos apenas contratariam docentes em casos de substituição por tempo determinado,
4. que esta declaração de voto se destine à inclusão nos votos contrário dados em processos de indicação de docentes de estabelecimentos municipais de ensino superior.

São Paulo, 29 de novembro de 1989.

a) Cons. João Gualberto de Carvalho Meneses
Autor